

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2021/045485
RECORRENTE: SHIRLEY MARA DE FREITAS RAMOS
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: E277001027

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

EMENTA: Infração do Art. 230, IV do CTB – Mera Arguição de Fatos. AIT regular. Fé pública do agente. AIT Subsistente e Regular. Recurso CONHECIDO e IMPROVIDO.

Relatório

Trata-se de recurso interposto pelo proprietário legal do veículo, em face de expedição de Auto de Infração de Trânsito de nº **E277001027**, na data de 22/11/2020, na Rod. BA001 KM 252 na cidade de Uruçuca/BA.

De plano, a Recorrente nega o cometimento da infração suscitando alegações fáticas e supondo irregularidade na autuação quanto à expedição da NA, dentre outras alegações. Por fim, requer o arquivamento do AIT.

A Recorrente junta, em parte, a documentação obrigatória e necessária a análise de suas argumentações, não tendo acostado o CRLV.

Instruído o processo com cópia da NIP, Relatório do Auto de Infração – Extrato e espelho da Auto de Infração de Trânsito, coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do recurso.

É o relatório.

Voto

Analisando os autos e as razões recursais, vê-se que a Recorrente nega o cometimento da infração trazendo questões fáticas que não tendo o condão de mitigar a fé pública, a presunção de veracidade dos fatos declarados pelo agente de fiscalização de trânsito que o autuou, com adequado preenchimento do AIT.

A alegação principal da Autora para o cometimento da infração é o relato de acidente veicular na rodovia BA001 KM13 (local do acidente que danificou supostamente a placa do veículo), sendo que a Recorrente fora flagrada no KM 252 da mesma rodovia.

Percebe-se portanto, que incorreu efetivamente em infração a proprietária, ora recorrente, pois termina por confessar que incorreu na infração do artigo 230, IV do CTB, vez que é sua obrigação como proprietária, antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, o condutor deverá verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório, bem como assegurar-se da existência de combustível suficiente para chegar ao local de destino, é o que diz o artigo 27 do CTB quanto aos deveres de quem conduz o veículo.

Os documentos que foram acostados apenas evidenciam o descaso em solucionar a suposta retirada da placa dianteira pelo acidente de trânsito descrito no BO acostado, contudo, revela também que após várias horas e longos quilômetros de rodovia, a Recorrente não zelou por afixar novamente a placa retirada, e sabendo exatamente das consequências da circulação com o veículo na referida condição, sendo profissional da área jurídica e conhecedora dos efeitos das infrações de trânsito e suas consequências. Por fim, as demais alegações restam também rechaçadas, seja por falta de previsão legal ou ausência de prova em contrário produzida pela parte Recorrente.

Na Doutrina Administrativista, é unânime o consenso entre doutrinadores que militam que os atos administrativos praticados por agentes públicos gozam de presunção de veracidade, nos termos da legislação, sendo certo que a fé pública do agente não ofende qualquer princípio constitucional, haja vista que contra a acusação de um agente público no exercício das suas funções, cabe a prova em contrário, podendo o acusado, no exercício do devido processo legal e da ampla defesa, contrariar e até demonstrar que a peça de acusação não reflete a verdade dos fatos, porém em que pese a tentativa, não se desincumbiu de forma plena o recorrente. Isto posto, verifico que as razões recursais **NÃO** atendem aos interesses legais do Recorrente, quando, desta forma e pelos motivos acima expostos com base no **artigo 230, IV do CTB** e não evidenciando qualquer irregularidade/insubsistência do AIT, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, entretanto dando-o por **IMPROVIDO, julgando o Registro do Auto de Infração nº. E277001027 válido**, mantendo a sua exigibilidade.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto dão-no por **IMPROVIDO**, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **E277001027** pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 30 de agosto de 2022.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Titular / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaina Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI